

Empresas entram na renegociação

A.M.PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — Empresas industriais e de serviços norte-americanas — muitas das quais estão entre as 100 maiores do país — deram o primeiro passo para constituir uma organização de defesa de seus interesses no processo de renegociação da dívida externa das nações devedoras, especialmente da América Latina. Seus idealizadores acreditam que esses interesses podem coincidir com os de países como o Brasil.

A reunião preparatória do que poderá vir a ser o "Conselho Empresarial de Finanças Internacionais" ocorreu terça-feira passada, a portas fechadas, em Washington. Cem empresas foram convidadas a participar do encontro e 54 demonstraram interesse na idéia. Vinte enviaram representantes à reunião, da qual participaram ainda o subsecretário do Comércio dos Estados Unidos, Lionel Olmer; o diretor-executivo dos EUA no Banco Mundial, James Burnham; a diretora do Eximbank, Rita Rodriguez; o vice-presidente do Conselho Nacional de Comércio Exterior, William Baldwin; o vice-presidente internacional da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, embaixador Michael Samuels; o conselheiro legal da Associação das Câmaras de Comércio na América Latina, Ulrico Reale; dois diretores do Conselho das Américas, Glenn Bassett e Alfred Cumming, e o consultor da Cepal, Marco Pollner.

QUESTÃO DURADOURA

Lionel Olmer, que parece ter rece-

bido bem a idéia, disse aos executivos presentes que deveriam fazer duas perguntas antes de decidir participar do novo conselho: 1) é a crise da dívida transitória? e 2) quanta confiança têm na capacidade das organizações internacionais existentes de lidar com a crise? Pelo que se pôde saber, os executivos acreditam que a questão da dívida relacionada ao comércio, que lhes interessa mais de perto, é um questão duradoura. Além disso, creem ser necessário um novo tipo de organização que os represente nas negociações entre credores e devedores.

Uma função básica do conselho seria coletar e disseminar informações sobre a dívida pendente para com os fornecedores (supplier credits). Outra função importante seria descobrir um lugar para o pagamento das obrigações a curto prazo e outras remessas devidas aos futuros membros do conselho, no conjunto da reestruturação da dívida externa dos países da América Latina e de outras regiões.

Um dos idealizadores do conselho, o economista Norman Bailey — até recentemente diretor do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca para Assuntos Econômicos Internacionais — disse a este jornal que, sem uma solução adequada para esse tipo de dívida, "a liquidez do sistema internacional de comércio ficará gravemente

prejudicada, tendo em vista o afastamento de bancos e empresas do mercado".

COMÉRCIO LIVRE

Bailey acha que os países devedores deveriam interessar-se pelo projeto: "Negociando com essas empresas", disse, "os países afetados vão conseguir mais comércio, mais investimento e maior atividade econômica".

Michael Johnson, diretor da FMC Corporation, afirmou que o próprio Fundo Monetário Internacional deve concordar com a iniciativa, já que o apoio das empresas foi essencial para a aprovação pelo Congresso dos Estados Unidos do último aumento das cotas do FMI. "Se o aumento houvesse dependido apenas do esforço dos bancos privados não teria sido aprovado. Os bancos adotaram um 'perfil baixo' porque o Congresso estava irritado com eles", interveio Bailey.

"As mesmas 54 empresas estão entre os principais defensores de um comércio livre, sem protecionismo, porque reconhecem que os Estados Unidos têm de comprar do Brasil, a fim de vender ao Brasil", disse Johnson, cuja empresa tem uma subsidiária em São Paulo.

Bailey, que agora trabalha para uma firma de consultoria — a International Business-Government Counsellors, INC. — e seus associados estão preparando o projeto final do conselho para submetê-lo às empresas interessadas e espera uma definição dentro de um mês.